5.3. Após o envio do REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO nos termos do Subitem 5.2 deste Edital, o INTERESSADO receberá um correio eletrônico de confirmação do recebimento do documento em questão.

5.4. Caso o REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO seja subscrito por procurador, deverá ser anexada procuração outorgando poderes específicos ao subscritor.

5.5. Os INTERESSADOS em participar do CHAMAMENTO PÚBLICO deverão fornecer o nome de um representante, com dados para contato, devendo, em todos os casos, responsabilizar-se pela veracidade das declarações que fizer.

5.6. Os INTERESSADOS que não possuírem domicílio no País, tanto quanto possível, atenderão às exigências supramencionadas e, quando aplicável, deverão apresentar documentos traduzidos por tradutor juramentado.

5.7. São obrigações do INTERESSADO em atendimento ao presente CHAMAMENTO PÚBLICO:

(i) Atender às exigências referentes às informações cadastrais descritas nesse Edital, apresentando a documentação requerida, assim como protocolizar informações complementares, quando solicitado; e

(ii) Cumprir com os prazos determinados para apresentação dos SUBSÍDIOS.

6. IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES:

6.1. Será autorizada a participação de INTERESSADOS organizados em grupo, atendidas as orientações dispostas nos subitens a seguir:

6.1.1 Será impedida de participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO o INTERESSADO que participe, ao mesmo tempo, de mais de um grupo ou o INTERESSADO que atue, ao mesmo tempo, isoladamente e em grupo.

6.1.2. O impedimento a que se refere o Subitem 6.1.1 deste EDITAL também é aplicável às suas controladoras, controladas, coligadas ou pessoas jurídicas sujeitas a controle comum, ainda que com participações ou membros distintos entre si.

6.2. Nos termos do artigo 23 do Decreto Estadual n.º 796/2020, fica vedado o recebimento de doações nas seguintes hipóteses:

I - quando o doador for pessoa física condenada por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a Administração Pública, com sentença judicial transitada em julgado;

II - quando o doador for pessoa jurídica:

a) declarada inidônea;

b) suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública; ou

c) que tenha:

1. sócio majoritário condenado por ato de improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado;

2. condenação pelo cometimento de ato de improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado; ou

3. condenação definitiva pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - quando a doação caracterizar conflito de interesses;

IV - quando o recebimento gerar obrigação futura de contratação para fornecimento de bens, insumos e peças de marca exclusiva ou de serviços por inexigibilidade de licitação;

V - quando o recebimento da doação do bem móvel ou do serviço puder gerar despesas adicionais, presentes ou futuras, certas ou potenciais, tais como de responsabilidade subsidiária, recuperação de bens e outras, que venham a tornar antieconômica a doação; ou

VI - quando o doador for pessoa jurídica e estiver em débito com a seguridade social, nos termos do disposto no §3º do art. 195, da Constituição.

7. AVALIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS

7.1 Estando o REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO de acordo com as exigências previstas neste Edital, bem como o Anexo 1, será autorizada a participação do INTERESSADO, por ato do Secretário da SEMAS.

7.2 O termo de autorização será expedido após avaliação dos documentos constantes do REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO, devendo eventual indeferimento do pedido ser adequadamente fundamentado.

7.3 Os INTERESSADOS serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua participação no CHAMAMENTO PÚBLICO, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenização, reembolso ou remuneração pelo Governo do Estado do Pará.

7.4 A participação neste CHAMAMENTO PÚBLICO implica no reconhecimento de que não haverá qualquer espécie de ressarcimento de custos, em qualquer momento da eventual implementação da operação de captação de recursos aqui avaliada, devendo os INTERESSADOS concordar com a doação de todos os SUBSÍDIOS apresentados ao Estado do Pará.

7.5 Apresentado o REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO, o Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS emitirá manifestação quanto à viabilidade de autorização para a elaboração dos SUBSÍDIOS, submetendo minuta de "Termo de Autorização" à deliberação do Secretário.

7.6 A autorização:

(i) Será conferida mediante "TERMO DE AUTORIZAÇÃO" publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, sem prejuízo de outros meios de comunicação;

(ii) O "TERMO DE AUTORIZAÇÃO" também será encaminhado via digital para o endereço eletrônico informado pelo INTERESSADO;

(iii) Será conferida sempre sem exclusividade;

(iv) Não gerará direito de preferência para qualquer fim;

(v) Não obrigará o Governo do Estado do Pará a realizar a contratação da solução apontada;

(vi) Não criará qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração;

(vii) Será pessoal e intransferível.

7.7 A autorização a que alude o subitem anterior não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Governo do Estado do Pará perante terceiros pelos atos praticados pela pessoa autorizada.

7.8 A autorização para apresentação poderá ser revogada ou anulada em razão de:

(i) Descumprimento de condições inseridas no TERMO DE AUTORIZAÇÃO;

(ii) Superveniência de dispositivo legal que por qualquer motivo impeça o recebimento dos SUBSÍDIOS, levantamentos ou investigações, ou incompatibilidade com a legislação aplicável;

(iii) Ordem judicial; e

(iv) Outros motivos previstos em direito.

7.9 No caso de descumprimento dos termos da autorização, a pessoa autorizada será notificada, mediante correspondência eletrônica com aviso de recebimento, da intenção de revogação da autorização e de seus motivos, se não houver regularização no prazo de 5 dias úteis.

7.10 Autorizações revogadas ou anuladas não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de SUBSÍDIOS, levantamentos ou investigações.

7.11 A comunicação da revogação ou anulação da autorização será efetuada por escrito, mediante publicação ou comunicação com aviso de recebimento.

7.12 A pessoa autorizada poderá desistir a qualquer tempo de apresentar ou concluir os SUBSÍDIOS, levantamentos ou investigações, mediante comunicação por escrito à SEMAS.

8. CRONOGRAMA

8.1 O Estado do Pará considera o seguinte cronograma para a operação pretendida:

Evento	Data
Publicação do Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO	04/11/2022
Prazo para entrega de REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO	14/11/2022
Prazo para envio de solicitação de informações acerca do CHAMAMENTO PÚBLICO	02/12/2022
Prazo para resposta às solicitações de informação	09/11/2022
Período de reuniões com INTERESSADOS	28/11 a 02/12/2022
Prazo para entrega de SUBSÍDIOS e TERMO DE DOAÇÃO	19/12/2022
Período de estruturação da operação	1º trimestre de 2023
Estimativa de implementação da operação	Setembro de 2023

9. INFORMAÇÕES, REUNIÕES E COMUNICAÇÃO

9.1. Os editais de chamamento público estão sujeitos à impugnação por qualquer pessoa, física ou jurídica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação do edital.

9.2. Não serão conhecidas as impugnações que não apresentarem fundamentos de fato e de direito que obstem o recebimento do bem móvel ou do serviço.

9.3. Caberá pedido de reconsideração da decisão sobre a impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

9.4. Caberá recurso do resultado final do chamamento público, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

9.5. É assegurado a qualquer INTERESSADO solicitar informações a respeito deste CHAMAMENTO PÚBLICO, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico chamamentopublico.pa@gmail.com, observado o prazo limite estabelecido no item 8 acima.

9.6. O Governo do Estado do Pará, por meio da SEMAS, SEPLAD e SEFA, poderá, a seu critério, realizar sessão pública destinada a apresentar informações ou características da operação sobre a qual se pretende obter os SUBSÍDIOS. A divulgação do local, data, hora e objeto da sessão pública, sem prejuízo de outros meios, será efetuada pelo Diário Oficial do Estado do Pará até 10 (dez) dias antes da sua realização.

9.7. Os INTERESSADOS que assim desejarem também poderão solicitar a realização de reuniões técnicas com a SEMAS, observado o período indicado no cronograma disposto no item 8.1 acima, nas quais poderão ser discutidas questões técnicas e conceituais relativas à operação objeto deste CHAMAMENTO PÚBLICO. Toda e qualquer informação disponibilizada no âmbito de tais reuniões será igualmente disponibilizada aos demais INTERESSADOS autorizadas a apresentar os SUBSÍDIOS.

9.8. As solicitações de reunião poderão ser realizadas por correio eletrônico, no seguinte endereço chamamentopublico.pa@gmail.com, com até 7 (sete) dias úteis de antecedência à data pretendida para a realização da reunião.

9.9. As reuniões serão agendadas de acordo com a disponibilidade dos integrantes da área técnica da SEMAS e poderão ser realizadas presencial ou virtualmente.

10. APRESENTAÇÃO DOS SUBSÍDIOS

10.1 Os INTERESSADOS autorizados terão até o dia 19/12/2022 para apresentação dos SUBSÍDIOS.

10.2. Somente serão considerados os SUBSÍDIOS enviados tempestivamente.

10.3. Os SUBSÍDIOS deverão ser apresentados em conjunto com o TERMO DE DOAÇÃO, a ser preenchido pelos INTERESSADOS, conforme modelo disposto no Anexo 2.

10.4. Caso os SUBSÍDIOS apresentados necessitem de maiores detalhes ou correções, a área técnica da SEMAS poderá apresentar solicitações aos INTERESSADOS.

10.5. Os SUBSÍDIOS deverão ser elaborados conforme o disposto neste item, considerando os critérios de avaliação deste Edital.

10.6. Os SUBSÍDIOS deverão ser entregues até o término do prazo, por meio do seguinte endereço eletrônico: chamamentopublico.pa@gmail.com.

10.7. Após o envio dos SUBSÍDIOS nos termos do Subitem 11.1 deste Edital, o INTERESSADO receberá um correio eletrônico de confirmação do recebimento dos documentos em questão.

10.8. Os SUBSÍDIOS apresentados serão analisados e serão objeto de RELATÓRIO TÉCNICO de análise a ser emitido pelo Governo do Estado do Pará, podendo contar com opinião técnica não vinculante dos entes especializados signatários da Carta de Intenções mencionada neste Edital, observados os critérios de análise previstos neste Edital, bem como o juízo discricionário relativo à conveniência do aproveitamento dos SUBSÍDIOS para os fins a que se destina este CHAMAMENTO PÚBLICO.

11. SUBSÍDIOS:

11.1. Os SUBSÍDIOS deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: